CONSIDERANDO que a Comissão Processante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, haja vista a ausência de responsabilidade subjetiva ao fato em voga, recomendou a absolvição da servidora e, conseqüentemente, o arquivamento do processo; RESOLVE:

Art. 1º - Acatar, integralmente, o Relatório Conclusivo e determinar a ABSOLVIÇÃO da servidora DAYSIANNE DOS ANJOS SILVA, com esteio no art. 221, §1º, do RJU, e o ARQUIVAMENTO do Processo, com fulcro, no art. 201, I, do RJU.

Art. 2º - Determinar o encaminhamento de cópia do Relatório Conclusivo e da Decisão à Diretoria de Gestão de Pessoas para fins de registro nos assentamentos funcionais da servidora.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 523554

**PORTARIA Nº 158/2020-CGP/SEAP
BELÉM, 13 DE FEVEREIRO DE 2020.**

RENATO NUNES VALLE, Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará - RJU; RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando investigar o óbito do preso MAILSON GONÇALVES FARIAS, custodiado na Central de Triagem Metropolitana IV, ocorrido em 04.02.2020.

Art. 2º - Designar SAIDY MERCÊS DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica do Estado, para conduzir a investigação.

Art. 3º - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 523772

**PORTARIA Nº 145/2020-CGP/SEAP
BELÉM, 12 DE FEVEREIRO DE 2020.**

O Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais e; CONSIDERANDO o disposto no art. 201, parágrafo único, da Lei Estadual nº 5.810/94-RJU, segundo o qual o prazo para conclusão da sindicância não excederá a 30 (trinta) dias, poderá ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior; RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar as PORTARIAS, abaixo relacionadas, publicadas no DOE nº 34088, 13.01.2020:

- 020/2020-CGP/SEAP, de 08/01/2020,

referente ao Proc.: 5335/2020-CGP/SEAP;

- 033/2020-CGP/SEAP, de 10/01/2020,

referente ao Proc.: 5336/2020-CGP/SEAP;

- 034/2020-CGP/SEAP, de 10/01/2020,

referente ao Proc.: 5337/2020-CGP/SEAP;

- 035/2020-CGP/SEAP, de 10/01/2020,

referente ao Proc.: 5338/2020-CGP/SEAP;

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário do Estado

Protocolo: 523543

**PORTARIA Nº 131/2020-CGP/SEAP
BELÉM, 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

O Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e; CONSIDERANDO o disposto pela Lei Estadual nº 5.810/94-RJU;

CONSIDERANDO os autos da Sindicância Administrativa Investigativa nº 5235/2019-CGP/SEAP, instaurada para investigar os fatos ocorridos durante a Revista Geral realizada na Central de Triagem da Cremação, em 20/09/2019;

CONSIDERANDO que a Autoridade Sindicante, após análise criteriosa e imparcial dos autos, pugnou pelo arquivamento, haja vista a ausência de responsabilidade funcional por parte dos servidores, e sugeriu recomendações; RESOLVE:

Art. 1º - Não acatar o Relatório Conclusivo, conforme fundamentação exarada nos autos, e determinar a instauração de Sindicância Administrativa Disciplinar em desfavor dos servidores ELIZEU DOS SANTOS MATOS, GUNALDO CAMPOS VIANA e JAIR PALHETA RODRIGUES, por violação, em tese, ao art. 177, III e VI c/c art. 189 do RJU.

Art. 2º - Remeter cópia do Relatório Conclusivo e Decisão à Diretoria de Gestão de Pessoas para anotação nos assentamentos funcionais dos referidos servidores. Considerando a exoneração do Senhor JAIR PALHETA RODRIGUES e, em conformidade ao art. 3º da PORTARIA nº 863/2019-CGP/SEAP, em caso de retorno do mesmo ao quadro funcional desta SEAP, a Diretoria de Gestão de Pessoas deverá comunicar a esta Corregedoria, a fim de ser dado prosseguimento na instrução processual.

Art. 3º - Recomendar à Diretoria de Administração Penitenciária que oriente os Diretores de unidades prisionais quanto ao cumprimento da PORTARIA nº 891/2019-CGP/SEAP, a qual regulamenta o uso de aparelho celular nas unidades prisionais; bem como a proibição de realização de filmagens no interior de unidade prisional, sem prévia autorização formal, e, ainda, o compartilhamento de informações em grupos do aplicativo "whatsApp" no que é pertinente a esta Secretaria.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 523553

**PORTARIA Nº 162/2020-CGP/SEAP
BELÉM, 13 DE FEVEREIRO DE 2020.**

RENATO NUNES VALLE, Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará (RJU);

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, objetivando apurar responsabilidade administrativa e funcional dos servidores EDSON GONÇALVES SANTOS e PABLO CRISTIANO MORAES PETRIDES, Agentes Prisionais lotados no Centro de Recuperação Penitenciário do Pará IV, acerca da fuga do preso MÁRCIO DENNYS MACHADO RODRIGUES, custodiado no Centro de Recuperação "Coronel Anastácio das Neves", ocorrida em 06/09/2019; conforme decisão da Sindicância Administrativa nº 5227/2019-CGP/SEAP. Os servidores, em tese, infringiram o art. 177, IV, V e VI c/c art. 190, XIX, do RJU, e art. 177, IV e VI c/c art. 190 do RJU, respectivamente.

Art. 2º - Constituir Comissão composta pelos servidores VITOR RAMOS EDUARDO, Corregedor Metropolitano – Presidente; ANDRE RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, Procurador Autárquico e Fundacional – membro; e SAIDY MERCÊS DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica do Estado – membro.

Art. 3º - Deliberar que os membros da comissão tenham dedicação exclusiva podendo se reportar diretamente aos departamentos desta Secretaria e aos demais órgãos da Administração Pública para as diligências necessárias à instrução do feito.

Art. 4º - Determinar à referida comissão que obedeça ao estatuído no artigo 208, da Lei nº 5.810/1994-RJU, assim como, deverá a mesma apresentar Relatório Conclusivo ao final da apuração.

Art. 5º - Encaminhar cópia desta PORTARIA à Diretoria de Gestão de Pessoas para registro na ficha funcional do servidor.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 523770

**PORTARIA Nº 156/2020-CGP/SEAP
BELÉM, 13 DE FEVEREIRO DE 2020.**

RENATO NUNES VALLE, Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO que é obrigação da autoridade pública, ao tomar ciência de irregularidade no serviço público, promover a apuração imediata dos fatos, mediante Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, assegurando ao acusado ampla defesa, nos termos do art. 199 da Lei nº 5.810/1994 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará - RJU;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de Sindicância Administrativa Investigativa, objetivando investigar os fatos narrados no Termo de Denúncia nº 006/2020-CGP/SEAP, datado de 12/02/2020, supostamente, ocorridos no Presídio Estadual Metropolitano I.

Art. 2º - Designar ROSANGELA REBELLO DA SILVEIRA PINTO, Assessora, para conduzir a investigação.

Art. 3º - Determinar à autoridade sindicante que apresente relatório conclusivo ao final da investigação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 523778

**PORTARIA Nº 142/2020-CGP/SEAP
BELÉM, 12 DE FEVEREIRO DE 2020.**

O Corregedor-Geral Penitenciário, no uso de suas atribuições legais, e; CONSIDERANDO não precluir a extinção do poder disciplinar da Administração depois de esgotado o prazo para término dos trabalhos da comissão, necessário se faz a concessão de novos e subsequentes prazos para a elucidação dos fatos sob apuração, com espeque na busca da verdade material, e à luz de princípios como os da eficiência, moralidade e duração razoável do processo;

CONSIDERANDO que a análise dos autos demonstra ter a Comissão enviado todos os esforços necessários no sentido da instrução e conclusão do feito;

CONSIDERANDO ser pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da não conclusão do processo administrativo disciplinar no prazo legal não constituir nulidade;

RESOLVE:

Art. 1º - REDESIGNAR a Comissão Composta por VITOR RAMOS EDUARDO, Procurador Autárquico do Estado - presidente, ANDRÉ RICARDO NASCIMENTO TEIXEIRA, Procurador Autárquico do Estado - membro, e SAIDY MERCÊS DOS SANTOS DIAS, Consultora Jurídica do Estado - membro, para dar continuidade à apuração dos autos da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 5311/2019-CGP/SUSIPE, estabelecendo o prazo de 60 dias para a conclusão.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

RENATO NUNES VALLE

Corregedor-Geral Penitenciário

Protocolo: 523538